

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A DEFESA DO CAFÉ EM DOIS TEMPOS: 1886-1906 E 1917-1920.**

Natalia Ulisses Coppede

Matrícula: 0016943

Orientador: Márcio Scalercio

Dezembro de 2005

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

---

Natalia Ulisses Coppede

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor Márcio Scalercio pela orientação, sem a qual não teria sido possível a conclusão desse trabalho. Agradeço ainda aos meus amigos que me apoiaram nos momentos difíceis e sempre estiveram dispostos a me ouvir, aconselhar e ajudar.

Dedico este trabalho aos meus pais por tudo que me proporcionaram, pelo carinho, apoio e paciência que sempre tiveram comigo, além da excelente educação que me deram.

## SUMÁRIO

Índice de Tabelas	5
Índice de Gráficos	6
1 – Introdução	7
2 – Economia Cafeeira no Brasil	9
2.1 – Introdução do café no país	9
2.2 – A dinâmica do café	12
2.3 – A organização da economia cafeeira	17
3 – A Primeira Crise de Superprodução e seus Desdobramentos	18
3.1 – A primeira superprodução de café e a política de defesa (1886-1906)	18
3.2 – Os resultados da primeira valorização	24
4 – A Superprodução de 1917 e a Primeira Guerra Mundial	26
4.1 Repercussões da Primeira Grande Guerra	26
4.2 A segunda valorização do café (1917-1920)	28
5 – Conclusão	30
6 – Referências	34

## ÍNDICE DE TABELAS

<u>Tabela 1</u> : População em 1 milhão de habitantes	12
<u>Tabela 2</u> : Os preços do café e o câmbio	14
<u>Tabela 3</u> : São Paulo – Produção de Café e Preços (médias anuais)	16
<u>Tabela 4</u> : Preços médios de importação e de varejo do café nos Estados Unidos (1892-1904).	18
<u>Tabela 4</u> : Preço do tipo 7 no disponível em Nova York (em cents por libra-peso)	23
<u>Tabela 5</u> : Taxa de variação em relação ao ano anterior a menos que se especifique de outra forma (1912-1919).	27

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<u>Gráfico 1</u> : Relação entre a balança comercial brasileira e a dívida externa total registrada no país (1912-1919).	27
<u>Gráfico 2</u> : Preço de Importação do Café nos Estados Unidos (1886-1920).	32

## 1 – Introdução

A época conhecida como “ciclo do café” foi um período de grandes repercussões econômicas e sociais no Brasil. O café foi o primeiro produto de exportação controlado principalmente por brasileiros, possibilitando o acúmulo de capitais no país. Como consequência da economia cafeeira, tivemos a criação de um importante mercado interno no centro-Sul, o que foi suporte para o posterior desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e financeiras na região.

A existência de condições naturais à cultura do produto, como a abundância de terras adequadas, o clima tropical ou subtropical, atitudes médias e etc., levaram a cafeicultura a ocupar vastas porções dessas áreas. O ritmo dos preços do produto, a que se acrescenta a inflação em certos períodos, determinou esse avanço, além de facilitar a mobilização de recursos por parte dos fazendeiros.

A adaptação do café no território brasileiro foi tão boa que em quatro anos, em 1727, já ocorriam as primeiras exportações. Já em 1849 a produção brasileira atingira 40% da produção mundial e em 1925-1929 era responsável por cerca de 70% do valor das exportações do país.<sup>1</sup>

O café é considerado um produto de “sobremesa”, não se trata de gênero de primeira necessidade. Seu consumo não sofre grandes variações diante das variações no preço. Dessa maneira, dizemos que possui demanda inelástica em relação ao preço, mas elástica em relação à renda. Essas características fizeram com que em momentos de crise no cenário internacional a demanda pelo produto pouco se alterasse mesmo os preços se mantendo elevados, tendo como causa das variações no consumo apenas a quantidade ofertada. Sendo assim, para garantir o preço do produto no mercado externo era necessário atuar através da retração da oferta. Para lograr tal efeito, diferentes políticas de valorização foram adotadas, visto que a exportação do café que impulsionava a economia brasileira. A renda criada pelas exportações fazia com que aumentassem os pagamentos a fatores em sua totalidade. Assim era criado o efeito multiplicador interno. A maior relevância, porém, fica a cargo das finanças públicas, já que o imposto auferido das importações consistia na principal fonte de renda do governo federal.

Dessa forma, é razoável pensar que o café deveria ser protegido das crises internacionais. Dada a importância que o seu comércio representava para a economia

---

<sup>1</sup> Dados extraídos do site da Embrapa Café. <http://www22.sede.embrapa.br/cafe/unidade/historico.htm>

brasileira, os interesses do café se confundiam com os interesses do país. Para proteger o preço internacional do café em momentos de crise e garantir a renda dos cafeicultores foram adotadas distintas políticas de valorização do produto que tiveram conseqüências de grande relevância para a história do país.

Em seu parecer no congresso apresentado em 23 de novembro de 1908, Serzedello Corrêa, justificou a defesa dos preços do café argumentando que: “*Desvalorizar essa produção e dificultar a importação, é diminuir nos mercados de consumo as condições da oferta do que consumimos, encarecendo a vida; é reduzir as rendas ou recursos com que custeamos todos os serviços*”.<sup>2</sup>

A importância do café para o Brasil não se restringiu à época do Império. Ainda hoje o produto tem lugar de destaque no ranking das exportações do país, embora ao longo do tempo o café tenha tido participação diminuída nas exportações brasileiras, principalmente devido à diversificação de produtos exportados. Ainda assim, continua sendo considerado um expressivo gerador de divisas. De 1987 até 2000, fomos responsáveis por cerca de 25% da produção mundial do produto. O café é, depois do Petróleo, o segundo maior gerador de riquezas no mundo.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Antônio Delfim Netto, *ob.cit.*, p 82.

<sup>3</sup> Dados extraídos do site da Embrapa Café: <http://www22.sede.embrapa.br/cafe/unidade/historico.htm>.



## 2 - Economia Cafeeira no Brasil

### 2.1 – Introdução do café no país

O cenário econômico de meados do século XIX mostrava que as exportações tradicionais – açúcar e algodão – estavam em declínio. O açúcar de beterraba cultivado na Europa vinha conquistando espaço no mercado internacional. As colônias antilhanas atendiam os consumidores ingleses. Os Estados Unidos era tido como o mercado mais promissor, mas este era abastecido pela produção da Louisiana e por Cuba, quando esta ainda era colônia espanhola. A concorrência com o produto cubano era desleal, já que o seu custo de frete era consideravelmente mais baixo que o brasileiro. Sendo assim, em meio século, as exportações de açúcar cubano superavam em três vezes a brasileira.

No caso do algodão, segundo produto das exportações brasileiras no começo do século, a situação era ainda mais preocupante. A produção norte-americana ampliou-se largamente, estimulada pelo incremento da demanda interna e pelo consumo inglês. Com fretes a baixo custo, terras e mão-de-obra escrava em abundância, passou a dominar totalmente o mercado. O vertiginoso crescimento da oferta algodoeira devido à produção dos Estados Unidos em larga escala, e este ter passado a ser a principal matéria-prima do comércio internacional, a redução dos preços do produto chegou a menos da terça parte, passando a sofrer oscilações a partir do terceiro decênio do século passado. Essa queda no nível de preços fez com que a produção no Brasil declinasse, permanecendo apenas na economia de subsistência, em locais em que a cultura já era existente.<sup>4</sup>

Para superar o momento de estagnação, fazia-se necessário que o país se reintegrasse nas linhas em expansão no comércio internacional. Nesse momento, deve ser levado em conta que o país não possuía técnicas próprias e praticamente não se formavam capitais para que pudessem ser desenvolvidas novas atividades. O único fator de produção abundante no país era a terra. Podemos caracterizar a economia brasileira da época como de elevado coeficiente de importação e fortes desequilíbrios na balança de pagamentos, em reflexo das bruscas quedas de preço das matérias-primas no mercado mundial.

O café fora introduzido no Brasil pelo Conde Palheta no começo do século XVIII e era cultivado por todas as partes para fins de consumo local. Suas características de produção correspondiam exatamente às condições do Brasil – abundância de terras, clima

---

<sup>4</sup> Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, 2005., p. 118.

adequado e baixa necessidade de técnicas especiais de plantio e de investimento. Na cidade do Rio se concentrava o principal mercado de consumidor do país, principalmente com a chegada da corte portuguesa, mudando os hábitos de consumo da população. O abastecimento desse mercado passou a ser a principal atividade econômica dos núcleos de população das proximidades, como as do sul da província de Minas que antes abastecia o comércio criado pela atividade mineradora. Segundo Celso Furtado, o comércio de gêneros e de animais para o transporte desses constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e deu origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais, que acumulou capitais no comércio e transporte de gêneros e de café. Grande parte desses homens viria a constituir a chamada vanguarda da expansão cafeeira.<sup>5</sup>

A tradição agrária herdada da economia açucareira do século XVIII permitira estocagem de mão-de-obra escrava, incorporação de técnicas agrárias e comerciais que irão facilitar a adaptação dos engenhos em fazendas de café. Em comparação com o período açucareiro, o café apresentava necessidades mais simplórias, no que tange ao tratamento agrícola, com menos capital e mais resistência ao transporte precário.

Os ciclos de mineração, particularmente em Minas Gerais (1695-1763) e do açúcar (1765-1851) foram os responsáveis pela viabilização do ciclo cafeeiro. Estes engajaram a acumulação de capital financiadora do novo produto, revigorando a economia brasileira no século XIX.<sup>6</sup> Para Celso Furtado, as estruturas dessas economias precedentes, em termos de instalações, transportes e comercialização que foram utilizadas pelo café, assim como a disponibilidade de um estoque de mão-de-obra escrava ociosa.<sup>7</sup> Devemos acrescentar ainda, um complexo de atividades formado no mercado interno e o comércio externo – importador e exportador – do tráfico negreiro.

O crescimento da demanda por café surge no contexto da revolução industrial pela necessidade dos trabalhadores encararem uma jornada de trabalho de até 14 horas seguidas, dada sua propriedade estimulante. Já na metade do século XIX era perceptível a predominância do cultivo desse novo produto estimulado pela alta de preços no cenário internacional causada pela desorganização do Haiti – grande produtor da época. A partir

---

<sup>5</sup> Celso Furtado, *Ob. cit.*, p. 121.

<sup>6</sup> José Roberto do Amaral Lapa, *Ob. cit.*, p. 17.

<sup>7</sup> Já para Roberto Borges Martins, fora a dinâmica resultante de economias regionais anteriores que viabilizaram a economia cafeeira, que em seu crescimento, rapidamente ganharia condições para gerar seus próprios recursos e financiamento. (*Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century, Minas Gerais, Brasil, Nashville, Tennessee, 1980*)

desse momento, ele pode ser considerado o produto que inseriu o Brasil no comércio internacional de forma relevante.

A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados, ao contrário do que acontecia na economia açucareira.

No primeiro decênio após a proclamação da República o comércio do café já alcançava o terceiro lugar no ranking das exportações brasileiras atingindo a margem de 18%, sendo ultrapassado apenas pelo comércio do açúcar e do algodão. Em vinte anos já ultrapassava 40% do total das exportações, atingindo a liderança.<sup>8</sup>

Ao ser transformado em um produto de exportação, o desenvolvimento do cultivo se deu, em sua maioria, na região montanhosa próxima a capital do país, devido à abundância de mão-de-obra deixada pela mineração e da proximidade do porto, para que o produto pudesse ser transportado pelas mulas. É por esse fato que Celso Furtado afirma que: *“a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base em um aproveitamento de recursos existentes e subutilizados”*.<sup>9</sup> A lavoura cafeeira se iniciou no Rio de Janeiro e, a partir daí, o café avançaria em várias direções, do Espírito Santo ao Paraná.

As plantações de maior importância se concentraram no Oeste Paulista, onde se tinham solos de melhor qualidade do que os do Vale do Paraíba e foram empregadas técnicas mais modernas no plantio e beneficiamento do café. A fazenda do Oeste nasceu em uma época em que as possibilidades de manutenção do sistema escravista se esgotavam e prever tal fato mostrou-se uma grande vantagem sobre os fazendeiros do Vale.<sup>10</sup>

No mesmo período ocorria um crescente interesse britânico por inversões na América Latina vindo a solucionar o problema de escoamento da produção. Em 1867 começou a funcionar a São Paulo Railway, ligando Jundiaí a Santos.

A grande expansão da produção foi incentivada pela generalização do consumo do café na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos. O vertiginoso aumento da população americana entre 1850 e 1900, grande parte devido à imigração, somado ao processo de envelhecimento da população, foi de suma importância nesse processo.<sup>11</sup> A

---

<sup>8</sup> Celso Furtado, *ob. cit.*, 119/120.

<sup>9</sup> Celso Furtado, *ob. cit.*, 120.

<sup>10</sup> Boris Fausto, *III. O Brasil Republicano – Estrutura de Poder e Economia*. Rio de Janeiro, 1989, p. 198.

<sup>11</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p. 198.

partir de 1870-1874, os Estados Unidos passariam a consumir 58,2% das exportações brasileiras contra 41,8% por toda a Europa, na média de cinco anos.<sup>12</sup>

Tabela 1: População em 1 milhão de habitantes.

Anos	Europa (sem Ex-URSS)	Estados Unidos
1850	266	23
1900	401	76
1950	550	150

Fonte: Antônio Delfim Netto. *O Problema do Café*, p. 39.

No período que antecedeu à Proclamação da República, São Paulo assumiu o primeiro lugar na produção brasileira, superando Minas Gerais em 1881 e a Província do Rio em 1889.<sup>13</sup>

No Oeste paulista nasceria uma nova classe com caráter acentuadamente regional assentada em relações capitalistas de produção, com consciência de seus interesses e com um projeto de estruturação política do país.

## 2.2 – A dinâmica do café

Nos últimos decênios do Império, a burguesia do café assumira o controle da máquina estatal da província de São Paulo. Com o advento da República, a hegemonia dessa classe se estende nacionalmente. Hegemonia esta assegurada por princípios que foram impostos pelos grandes Estados na Constituição de 1891. Esta estabeleceu a ampla autonomia estadual, tornando possível que os Estados contraíssem empréstimos externos e contassem com força militar própria. Na distribuição de rendas, atribuiu os impostos de exportação aos Estados-membros, garantindo a receita das unidades maiores e em especial de São Paulo.

Nos primeiros anos da República, já se delineava o predomínio dos empresários do café, dada a grande expansão da economia cafeeira. A política monetária da época e seus reflexos cambiais representaram um poderoso incentivo ao avanço da produção no curto prazo.

<sup>12</sup> Antônio Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo, 1959, p. 39.

<sup>13</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p. 198.

O aumento do preço internacional do café significava para o Estado a possibilidade de engordar o orçamento federal. O incremento do valor das exportações permitia ampliar as importações, principal fonte da receita tributária da União. Ademais, a melhora nos termos desse comércio favorecia a elevação da taxa cambial, ou seja, a valorização da moeda nacional, permitindo diminuir o ônus do compromisso da dívida externa que devia ser pago em moeda estrangeira. Para os produtores, porém, não convinha que o aumento dos preços internacionais se traduzisse em uma elevação da taxa cambial. Apesar de poderem adquirir bens importados em melhores condições, suas despesas internas, que tinham maior peso no orçamento, se encareciam. Dessa forma, a melhora do câmbio poderia reduzir ou mesmo anular a alta de preços. Por tal motivo, os empresários do café reivindicavam a estabilidade do câmbio, para que não houvesse elevação quando os preços internacionais do café subissem ou queda quando estes declinassem. Esse mecanismo fora chamado de política de socialização das perdas.

A partir de 1886 se iniciara um novo ciclo da economia cafeeira, caracterizado pela grande alta dos preços devido ao aumento da demanda pelo produto versus a irregularidade da oferta. Em geral, a produção do café apresentava ciclos de abundância seguido por colheitas reduzidas até a recuperação dos arbustos. A oscilação da oferta e a expansão da procura repercutiram na duplicação dos preços internacionais entre 1885-1890. Por outro lado, a elevação da taxa cambial a partir de 1887 desestimulava novas plantações devido à limitação do alcance dessa alta de preços pelos produtores, como já fora discutido anteriormente.<sup>14</sup>

A política monetária do Império nos anos 80, que permitia às Províncias contraírem empréstimos externos, conduziu a um grande aumento da dívida externa e, em busca da conversibilidade da moeda, manteve o sistema econômico em regime de escassez de meios de pagamentos. Essa política se revelou cada vez mais inadequada à medida que a renda monetária passou a ter maior significância, com o desenvolvimento do Centro-Sul, a abolição da escravatura e a introdução dos imigrantes. Em 1888, o Parlamento imperial chegou a aprovar uma reforma bancária e de fornecimento de crédito à agricultura, mas persistia uma resistência.

Após a Proclamação da República foi realizada uma profunda mudança na política monetária. Expandiu-se o fornecimento de crédito e se efetivou a reforma bancária, com a criação de vários bancos de emissão. Nesse momento, os cafeicultores foram

---

<sup>14</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p. 201.

beneficiados pelo aumento da oferta de crédito e pela relação entre a taxa cambial e a evolução dos preços internacionais do café, já que durante o período de 1889-1894 houve uma queda da taxa cambial mais rápida do que a dos preços internacionais, como mostra a tabela 2.<sup>15</sup> É importante ressaltar que essa expansão creditícia e a desvalorização cambial não decorreram de política do governo federal em favor dos produtores de café. O grande *boom* da comercialização do produto se deu em um período em que a hegemonia dessa burguesia ainda não se assentara no plano nacional.

Tabela 2: Os preços do café e o câmbio

Anos	Taxa Cambial	Preço Externo	Preço Interno
1889	26 7/16	100	100
1890	22 9/16	113	120
1891	14 29/32	90	171
1892	12 1/32	87	201
1893	11 19/32	103	276
1894	10 3/32	92	290
1895	9 15/16	91	262
1896	9 1/16	69	252
1897	7 23/32	47	180
1898	7 3/16	41	163
1899	7 7/16	42	156
1900	9 16/32	46	171

Fonte: Antônio Delfim Netto. O Problema do café no Brasil, p. 29.

A conjuntura econômico-financeira dos anos 90 foi marcada pela política monetária de Rui Barbosa conhecida como encilhamento.<sup>16</sup> Esta resultou na emissão de moedas sem controle, acelerando a inflação até o patamar de 115%, e no surgimento inesperado de

<sup>15</sup> Antonio Delfim Netto. O Problema do Café no Brasil. São Paulo, 1981, p. 28-29.

<sup>16</sup> Com a abolição da escravatura e a grande imigração, o trabalho livre e assalariado veio por criar condições de generalizar o uso do dinheiro, e aumentar o mercado de consumo. Nesse contexto, fez-se necessário a criação de uma política emissora, em 17 de janeiro de 1890, chamada de “encilhamento”. Esta consistia na divisão do Brasil em quatro regiões: Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, autorizando que cada uma delas tivesse seu banco emissor. Dessa forma, seria possível cobrir as necessidades de pagamento dos assalariados e expandir o crédito a fim de estimular a criação de novas empresas. Contudo, a emissão desenfreada de papel-moeda resultou em uma inflação incontrolável, já que a moeda não tinha lastro, apenas a garantia do Governo. Logo, em vez de estimular a economia a crescer, desencadeou uma onda especulativa.

grandes fortunas devido à especulação na Bolsa de Valores.<sup>17</sup> O resultado foi o colapso financeiro que deu origem ao *Funding-Loan* de 1898<sup>18</sup>.

O curto *boom* do início da década de 90 comentado acima viria por gerar pressões por importar que não poderiam ser atendidas nem pelos empréstimos externos nem por um igual incremento nas exportações. Em razão desse comportamento está a dependência do mercado externo por suprimentos de gêneros alimentícios devido à seca de 1889 e à crescente especialização da lavoura cafeeira, e a procura de combustíveis e matérias-primas básicas, em consequência de um surto industrial de certa grandeza em meados da década. Nesse cenário se dava uma contínua desvalorização cambial iniciada em 1890. Apenas em 1894 os preços do café começaram a cair por consequência da recessão iniciada na Europa e que atingira os Estados Unidos. Somado a isso, a partir da safra de 1896-1897, a oferta de café aumentou consideravelmente dado que os cafeeiros plantados no período de euforia começaram a produzir. Apesar das ampliações das exportações, o balanço de pagamentos continuava deficitário, dado que as receitas de divisas provenientes do café caíram seguidamente a partir de 1896. Os novos empréstimos eram destinados a cobrir os déficits orçamentários – o serviço da dívida consumia cerca de 80% dos saldos da balança comercial. Sendo assim, o desequilíbrio entre a expansão das exportações e as pressões por importar, o peso representado pela dívida externa e a retração do capital estrangeiro foram elementos essenciais que deram origem à crise financeira brasileira.<sup>19</sup>

Acreditava-se que os déficits orçamentários seriam a causa fundamental do aumento da oferta de moeda. Após 1894, no intuito de contornar a crise, procurou-se orientar a política econômica para redução dos déficits e controle da oferta monetária. Porém, resultou em uma desvalorização cambial, o que aumentava, em moeda nacional, o valor da dívida. Em 1896, o privilégio de emissão dos bancos foi suspenso pelo governo na tentativa de conter a crise. Entretanto, o problema não foi sanado. A persistência da redução da receita de exportações e a dívida externa levaram o Brasil à beira do colapso financeiro e, em 1898, ao já citado *Funding-Loan*. Este seria a primeira moratória da dívida externa e consistia em um acordo com os credores externos, tendo em vista a consolidação da dívida. Os termos do acordo eram que os antigos empréstimos e respectivos juros seriam pagos com novos empréstimos a juros elevados. As amortizações

---

<sup>17</sup> <http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/economia-na-primeira-republica.html>

<sup>18</sup> O *Funding-Loan* foi um acordo com os credores ingleses para renegociação da dívida. Ficou estabelecido que o Brasil substituiria o pagamento em dinheiro por pagamento em títulos dos juros dos empréstimos anteriores e um novo empréstimo lhe fora concedido para criar condições futuras de pagamento dos débitos.

<sup>19</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p. 205.

do *Funding* e dos empréstimos incluídos na consolidação ficavam suspensos até 1º de julho de 1911. Mais tarde, a amortização foi antecipada e os banqueiros assumiriam em troca o controle da economia do país.

A suspensão do serviço da dívida, a cobrança em ouro de parte do imposto de importação, a gradativa expansão das exportações e a retração das importações resultaram na elevação da taxa do cambial, a partir de 1899. Concomitantemente, os preços internacionais do café caíram.

As medidas de contenção ensaiadas desde 1891 correspondiam a uma tentativa de restaurar o equilíbrio entre demanda e oferta que fora rompido nos anos anteriores. Para isso, recorreram à deflação e ao profundo corte das despesas públicas. Como consequência dessas medidas e do *Funding- Loan*, deu-se a elevação da taxa cambial.

Apesar da crise, o plantio de cafezais continuou a crescer. Em 1901, havia no Estado de São Paulo 525 milhões de pés maiores de quatro anos e 135 milhões com menos de quatro.<sup>20</sup> Embora os preços internacionais do café tenham caído consideravelmente, os efeitos da queda em moeda nacional foram minimizados pela desvalorização cambial que prosseguiu até 1899, como podemos verificar na tabela 3. Nesse momento, não foram consideradas pelos produtores as condições de saturação do mercado mundial quando da colheita dessas safras.

Tabela 3: São Paulo – Produção de Café e Preços (médias anuais)

Anos	Produção (em milhares de sacas)	Preço Interno	Preço Externo (em francos)
1880-1890	1,9	4\$950	70
1890-1895	3,1	12\$200	97
1895-1900	5,1	9\$700	52
1900-1905	8,1	4\$950	39 ½

Fonte: Michael Hall . The Origins of mass immigration in Brazil, 1871-1917; Amour Lalière. Le Café dans l'État de Saint-Paul. Paris, 1909.

Nos anos que antecederam a primeira valorização de 1906, a crise se tornou evidente. Permanecia a tendência de queda dos preços internacionais do café e a taxa de câmbio se elevou. Para conter o avanço das plantações, foi criada em São Paulo em 1903, uma lei orçamentária que tributaria as novas plantações em dois contos de réis, por 2,42

<sup>20</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p. 208.



ares ou fração superior a 1,21 ares de terras ocupados por novas plantações de café.<sup>21</sup> Os efeitos dessa medida representaram um duro golpe para os colonos, além de ocasionar a temporária diversificação das atividades agrícolas em São Paulo. A proibição de novas plantações teve maiores reflexos nas zonas pioneiras do café e a expansão foi detida até 1910.

### **2.3 – A organização da economia cafeeira**

As fazendas de café se concentravam no interior, longe dos grandes centros urbanos onde a produção era vendida. Fazia-se necessário a intermediação de terceiros no comércio do produto, já que as condições de transporte eram precárias - até o advento da ferrovia, e devido ao fato dos fazendeiros administrarem suas propriedades diretamente, não podendo se ausentarem por muito tempo. Delegaram, então, aos comissários a função de classificação e colocação de sua produção no mercado. Inicialmente, estes eram pessoas de confiança dos fazendeiros, encarregados de fazer a negociação das safras no lugar do proprietário. Entretanto, os comissários se tornaram concentradores da produção de vários fazendeiros, o que fez crescer a sua importância na intermediação com os exportadores, em geral, estrangeiros.

Eles então organizaram as casas comissárias que passaram a fazer negociações do café em grande escala. Mais tarde, apareceram os ensacadores, que compravam o café dessas casas, classificavam e uniformizavam o produto ao gosto dos consumidores estrangeiros para revendê-lo.

Com a má situação que por vezes se encontravam os fazendeiros, os comissários passaram a atuar também como banqueiros, financiando a produção que ainda estava por ser colhida.

Essa dinâmica começou a apresentar mudanças em 1896, quando os exportadores estrangeiros começaram a vislumbrar lucros maiores e passaram então a procurar os fazendeiros sem intermediações para negociar a compra antecipada das safras.

O estreitamento das negociações modificou também a forma de atuação dos importadores que, não dispendo mais da intermediação dos comissários, tiveram de espalhar agentes e representantes de vendas pelo interior. Embora tenha aumentando a segmentação do mercado, este ficou mais livre.

---

<sup>21</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p. 209.

### 3 – A primeira crise de superprodução e seus desdobramentos

#### 3.1 – A primeira superprodução de café e a política de defesa (1886-1906)

O controle do comércio internacional brasileiro por parte de grupos externos concorreu para acentuar a baixa dos preços do café e incrementar os lucros desses grupos. O mecanismo de comércio era tal que a queda dos preços internacionais não refletia correspondente baixa dos preços no varejo, como pode ser observado na tabela 4 (os dados dessa tabela referem-se ao caso americano).

Tabela 4: Preços médios de importação e de varejo do café nos Estados Unidos (1892-1904).

Anos	Preço médio de importação (em cents por libra-peso)	Preço médio no varejo (em cents por libra-peso)
1892	14,0	28,0
1893	16,4	28,3
1894	14,7	27,8
1895	14,6	27,4
1896	11,1	26,8
1897	7,5	25,5
1898	6,5	24,5
1899	6,7	24,4
1900	7,4	24,5
1901	6,4	24,4
1902	6,6	24,2
1903	7,0	24,1
1904	8,1	24,7

Fonte: Delfim Netto (1959), p. 39.

Este mecanismo vigorou entre 1894-1904, provocando o aumento da margem de comercialização dos intermediários que passou de 13,0 cents por libra-peso em 1892-1895 para 17,4 cents em 1901-1904. À medida que as casas exportadoras foram se sobrepondo aos comissários, indo comprar diretamente dos fazendeiros, que muitas vezes estavam em dificuldade, as pressões baixistas tendiam a aumentar. Inclusive, o excesso de oferta foi apontado como principal razão da crise, acrescido secundariamente, da má situação

financeira do produtor, a especulação bolsista e os vícios do comércio, já que havia entidades concentrando virtualmente todas as funções da indústria do café desde o lavrador até o consumidor. Rompendo essa concentração, seria possível oferecer café mais barato aos consumidores, melhorar a remuneração do produtor e ainda deixar uma margem razoável de lucro para o intermediário.<sup>22</sup>

Aos primeiros sinais da crise já começaram a aflorar propostas de intervenção governamental a fim de reduzir seus efeitos. Pensou-se em estabelecer o monopólio do comércio de exportação pelo Estado, na concessão de empréstimos aos cafeicultores, na fixação de preços mínimos e na destruição de parte da produção. O grande argumento da defesa do café estava na promoção do desenvolvimento econômico viabilizado pelo montante de divisas que o seu comércio proporcionaria.

As principais iniciativas em favor da intervenção partiram de São Paulo, onde se constituía a única classe social regional em condições de dar uma resposta de maior alcance aos problemas existentes. A burguesia paulista se implantara em conexão com uma rede de interesses externos, o que lhes possibilitou encontrar saídas de maior viabilidade, junto com grupos estrangeiros, embora em condições não tão favoráveis.

No segundo semestre de 1905, previa-se que a safra brasileira atingiria 16 milhões de sacas, sendo que o estoque mundial para o início da safra era de aproximadamente 9,6 milhões de sacas e a produção estimada dos concorrentes do Brasil de 4 milhões. Somava-se então um suprimento de 29,6 milhões de sacas para uma exportação mundial de 16 milhões, o que significava um excedente de 13,6 milhões a ser estocado. Esperava-se uma queda nos preços internacionais a níveis inferiores aos de 1901, o que comprometeria seriamente a renda da cafeicultura em moeda nacional, já que a taxa de câmbio se mantinha elevada.<sup>23</sup>

A valorização foi embasada em uma emenda à lei do orçamento federal para 1906, aprovada em dezembro de 1905, que autorizou o Presidente da República a entrar em acordo com os Estados cafeeiros para regular o comércio do café, promover a valorização do produto e tomar medidas que proporcionassem o aumento do consumo. Era ainda permitido que o governo federal avaliasse as operações de crédito realizadas pelos Estados interessados, desde que fosse garantido à União em ouro o suficiente para a liquidação dos juros e amortização dos empréstimos.

---

<sup>22</sup> Antônio Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*, pág. 53.

<sup>23</sup> Antônio Delfim Netto, *ob. cit.*, p. 58/59.

A fim de solucionar a crise, os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se reuniram na cidade de Taubaté, no interior de São Paulo, em 26 e 27 de fevereiro de 1906. Dessa reunião resultou-se o Convênio de Taubaté. Decidiu-se que, a fim de valorizar o café e regular o seu comércio, os governos estaduais interessados deveriam contrair empréstimos externos para comprar o excedente da produção, restringindo assim a oferta. Teoricamente, o café estocado deveria ser liberado quando a produção fosse inferior a demanda. Ao lado disso, decidiu-se também desestimular o plantio de novos cafezais mediante a cobrança de impostos elevados. Foi estabelecido ainda que iriam promover o argumento de seu consumo e que seria criada a Caixa de Conversão, a fim de fixar o valor da moeda. Buscava-se estabilizar a taxa de câmbio em níveis inferiores ao em vigor na época. Essa ficou conhecida como a primeira política de valorização do café.

Por meio da Caixa de Conversão, esperava-se manter o câmbio na base de 12 dinheiros por mil-réis, enquanto no momento estava em 16d. Porém, temia-se que o êxito se restringisse aos preços externos, com a elevação do câmbio. No caso da valorização ter sucesso, a taxa de câmbio seria pressionada para cima, devido aumento da oferta de divisas.<sup>24</sup>

A política era baseada no pressuposto da alternância de boas e más safras e na inelasticidade da procura, permitindo a sustentação/ elevação dos preços sem retração do consumo. Afinal, os formuladores da política sabiam que os preços pagos pelos consumidores permaneceram altos mesmo em períodos de baixa, ampliando a margem de lucro dos intermediários.

É importante salientar que as curvas de produção e de preços do café em resposta à demanda do mercado se comportam de forma particular. Em geral, entre o alcance da demanda e a elasticidade da oferta, decorre um lapso de tempo relativamente curto, não excedendo geralmente um ano, tempo suficiente para acionar maior produção. Entretanto, não era o que acontecia com o café. A resposta em relação à procura poderia se dar via disponibilidade do estoque, processo mais imediato, ou incremento da produção, que levava de 3 a 4 anos – período de carência da planta nova.<sup>25</sup>

Dessa forma, o “ciclo” econômico do café é caracterizado pela alta dos preços devido à demanda e a redução do nível dos estoques. Segue-se naturalmente a expansão do plantio, e quatro anos depois o crescimento da oferta, quando se fecha o “ciclo”, com a

---

<sup>24</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p. 215.

<sup>25</sup> José Roberto do Amaral Lapa, *ob. cit.*, p. 45.

queda dos preços e, possivelmente, redução da lavoura, quando essa queda não é impedida de atingir a renda dos cafeicultores.

Com o Convênio de Taubaté, Delfim Netto considera que tenha se iniciado um problema. O problema do café não deveria ser tratado conjuntamente com o problema da taxa de câmbio alta, serviria apenas para estimular uma transferência de rendimento dos consumidores de produtos importados (que passariam a despendar mais, em moeda nacional, nas importações) para os produtores de café. O problema do café era de mercado. Embora existisse sim um problema de superprodução, o produto não deveria ser tratado de forma diferente dos demais. Afinal, se advinha do café a maior parcela da receita de divisas do Brasil, era porque ele também recebia a maior parcela dos seus fatores de produção.<sup>26</sup>

Para Delfim Netto, “...a desvalorização cambial transferiria rendimentos das classes importadoras para as exportadoras e teria, a longo prazo, o seu próprio corretivo no aumento do volume das exportações”.<sup>27</sup>

A Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados separou os dois projetos – o projeto-café do projeto-Caixa de Conversão, que depois também foi aprovado pelo Congresso e começou a funcionar em 22 de dezembro de 1906.

A Caixa de Conversão efetuava a troca de moeda estrangeira por nacional na base de 15 dinheiros por mil réis, estabilizando assim o câmbio nesse patamar, e poderia, dessa forma, ampliar ou encurtar a quantidade de meios de pagamentos à disposição da coletividade. Os possuidores de moeda nacional que necessitassem de dividas deveriam recorrer ao mercado livre, onde a taxa era um pouco mais baixa.

O sistema garantiu um afluxo de divisas à Caixa, sem o movimento contrário, até o início da Primeira Guerra Mundial, enquanto a taxa de câmbio no mercado livre esteve abaixo do nível da Caixa, mas a guerra provocou uma corrida aos depósitos que levaria ao seu fechamento.

Delfim Netto explica que, essencialmente, o projeto de valorização consistia no seguinte: “*seria fixado um preço mínimo de 32\$000 por saca para o café tipo 7 (com um aumento proporcional para os tipos superiores), financiado por uma dívida externa de 15*

---

<sup>26</sup> Antônio Delfim Netto, *ob. cit.*, p. 66.

<sup>27</sup> Antônio Delfim Netto, *ob. cit.*, p 81.

*milhões de libras esterlinas, que deveria ser paga por um imposto de 3 francos por saca de café exportado.”*<sup>28</sup>

Contudo, verificou-se que era inviável a obtenção dos 15 milhões de libras esterlinas. A situação foi agravada diante da indiferença dos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, como também do governo Federal, que deveria largar o poder em 15 de novembro de 1906.

Diante dos fatos, restou ao governo de São Paulo agir sozinho e de forma inovadora. Foram realizados acordos com os grupos externos, mas através de novas fontes de financiamento e de uma associação com um setor dos importadores. Deve-se a este último, o fato de terem sido cessados até a Primeira Guerra Mundial, o ataque aos intermediários.

Já entre agosto e dezembro de 1906, o Estado de São Paulo obteve alguns empréstimos, a curto prazo, de bancos alemães (Brasilianische Bank fur Deutschland), ingleses (J. H. Schroeder & Co.) e americanos (National City Bank), para a compra do excedente do café. No segundo semestre de 1906, São Paulo interveio sozinho, retirando do mercado pouco mais de 2,5 milhões de sacas, mas isso não era suficiente para restringir a oferta ao nível desejado. Porém, a estimativa de uma safra de 16 milhões de sacasse revelou modesta. A safra de 1906-1907 ultrapassou 20 milhões, maior produção brasileira até então. Enquanto continuava efetuando as compras, São Paulo tratou de anular as vantagens obtidas pelos outros Estados. Mais tarde, devido à concessões secundárias, conseguiu integrar Minas e o Rio em seu esquema e estes também passaram a cobrar a sobretaxa de 3 francos.<sup>29</sup>

Gradativamente o governo federal começou a participar do plano valorizador, devido à necessidade de ajustar os interesses das várias unidades da Federação produtoras de café. Em consequência das compras do café inferior ao tipo 7 terem sido abandonadas.

Contudo, os resultados da política de valorização ainda se mostravam incertos. Até o fim de 1907, São Paulo comprara cerca de 8,2 milhões de sacas, que deduzidos dos 16,4 milhões de sacas ao fim da safra de 1906-1907, deixava visíveis no mercado 8,2 milhões – um volume inferior ao que tínhamos no início da safra. Apesar disso, os preços internacionais do café permaneciam caindo, como pode ser apreciado na tabela 5.<sup>30</sup> Sem a

---

<sup>28</sup> Delfim Netto, *Ob. cit.*, p. 67.

<sup>29</sup> Boris Fausto, *Ob. cit.*, p. 220.

<sup>30</sup> Boris Fausto, *Ob. cit.*, p.221.

obtenção de financiamentos de longo prazo, não seria possível sustentar essa situação por muito mais tempo.

Tabela 5: Preço do tipo 7 no disponível em Nova York (em cents por libra-peso)

Anos	1º semestre	2º semestre
1905	8,04	8,45
1906	8,10	7,98
1907	7,01	6,26
1908	6,22	6,28

Fonte: Wallace, B.B. e Edminster, L. M. (1930)

Ao curso de 1908, foram tomadas várias medidas na tentativa de conter o problema. Em São Paulo, o café exportado passou a ser taxado em espécie, o imposto de exportação foi elevado de 3 para 5 francos na tentativa de segurar a produção no país. Além disso, o governo federal foi autorizado a realizar um grande empréstimo de consolidação da dívida. Apesar dos opositores alegarem o favorecimento de São Paulo e o abandono das demais Unidades da Federação, não conseguiram impedir que o Congresso autorizasse que a União avalizasse um empréstimo externo de até 15 milhões de libras, que São Paulo pretendia contrair. No mesmo ano, com a garantia do governo federal, o empréstimo foi contraído. Foram esses recursos que mantiveram os estoques fora do mercado consumidor até que conseguissem o êxito da valorização.<sup>31</sup>

Contudo, em contra partida ao empréstimo, o programa ficaria sendo controlado pelos banqueiros através de um comitê formado por quatro membros nomeados por J. H. Schroeder & Cia, dois designados pela Société Générale de Paris e um pelo governo do Estado de São Paulo. Claramente, o controle estava na mão do grupo J. H. Schroeder & Cia. Embora o representante brasileiro tivesse direito a veto, a delibera  o final ficava a cargo do Banco Inglês.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Boris Fausto, *Ob. cit.*, p. 222.

<sup>32</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p. 223.

### 3.2 Os resultados da primeira valorização

Embora, no que diz respeito à política econômica, as reações dos cafeicultores mostrassem que não havia grande homogeneidade inicialmente, não chegaram a comprometer o projeto que a burguesia impõe à sociedade, adequado ao cenário internacional. De fato, a oligarquia paulista conseguiu desenvolver certas formas de pressão e mesmo ações que pareciam, de certa forma, manipular o aparelho estatal, de modo a prevalecerem os seus interesses. Nesse momento, a dominância dos fazendeiros do café se mostrava clara.

Apesar de não ser interessante nos aprofundarmos nesse assunto, é importante que fique claro que a conquista da posição de hegemonia e predominância dos interesses da burguesia cafeeira – em especial, de São Paulo, não foi um processo fácil, mas sim de grande luta política e até confrontos.

O programa de valorização sustentado por São Paulo acabou se impondo em termos federais, mostrando como os interesses cafeeiros cada vez mais se confundiam com os interesses nacionais. Porém, acabou por aumentar as desigualdades regionais – como previam os congressistas opositores do programa. Contudo, essa política não só não só defendia os cafeicultores, como, dessa forma, garantiria o crescimento econômico da nação, dado a importância do comércio do café para economia brasileira.

Em 1909 surgiam os primeiros resultados da política de defesa via valorização. Os preços do café no cenário internacional começaram a subir, mantendo a tendência de alta por 3 anos. Deve-se esse fato à ação do Comitê reduzindo o volume das safras, o que causou a retração da oferta do produto.

O empréstimo de 15 milhões de libras foi pago ao findar-se o primeiro semestre de 1913 e, com isso, dissolveu-se o comitê de banqueiros. Criou-se então um Conselho Consultivo, com o objetivo de orientar o Brasil na distribuição do resto do estoque. Essa distribuição se deu até o fim da Primeira Guerra Mundial devido a complicações surgidas no curso da guerra, especialmente com os alemães.

A primeira valorização do café e as medidas que se seguiram contribuíram para o surto de crescimento verificado entre 1908-1913.<sup>33</sup>

O advento do café proporcionou a criação de um sistema de economia dependente que, por sua vez, seria condicionado por fatores de ordem externa. Certamente o nível de

---

<sup>33</sup> Boris Fausto, *ob. cit.*, p 224.



renda da economia teria sido afetado drasticamente já em 1906 se não fosse a intervenção no mercado com a compra do excedente e as medidas de estabilização cambial. E a dinamização da economia dependia a sustentação do nível de renda e do comportamento do comércio exterior.

A elevação dos preços internacionais do café, a partir de 1908, deu novo vigor à economia. A partir de 1909 os preços externos do café mais que dobraram em relação ao patamar de 1907-1908. Tal fato acrescido da entrada de capitais externos estimulados pela estabilidade cambial proporcionou o aumento das importações.<sup>34</sup> O período de 1909 a 1912, contudo, foi marcado por um rápido crescimento tanto do produto quanto das exportações, e crescente endividamento. O programa de valorização se prolongou até 1913.

De forma ímpar, até então, através das importações foram intensificados os investimentos públicos em infra-estrutura como na construção de ferrovias e portos. Além do mais, a sustentação da renda dos cafeicultores possibilitou que esses diversificassem seus negócios, como o cultivo de outras atividades agrícolas. Muitos investiram no setor industrial. Inclusive, segundo Boris Fausto, “*O grande surto industrial paulista, nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, quando este Estado se tornou o centro mais importante da indústria brasileira, parece estar vinculado à defesa de preços do café e à simultânea restrição do seu plantio*”.<sup>35</sup>

Dessa forma, os resultados do primeiro esquema valorizador foram interpretados como responsáveis pela melhora da situação econômica do país, inclusive pela dinamização de outros setores da economia. Entretanto, apesar do êxito da primeira valorização, ela também teve sua contribuição negativa, o precedente da intervenção.

Contudo, devemos ter em mente que não apenas os cafeicultores se beneficiaram diretamente dessa política de defesa. Na verdade, eles ficaram com a menor parte dos ganhos. Os banqueiros, os grandes importadores e exportadores foram os que tiraram maior proveito, já que apropriavam grande parte das receitas da comercialização do café.

---

<sup>34</sup> O incremento das importações pode ser possibilitado via ampliação do crédito externo ou via melhoria nas condições de trocas ou, analogamente, superávit na balança comercial. O saldo da balança comercial que, simplificada, é medido pelo valor das exportações diminuído do saldo as importações.

<sup>35</sup> Boris Fausto se baseou em análise dos efeitos industrializantes da diversificação agropecuária em São Paulo, no período considerado, de Antônio de Barros Castro.

## 4 – A Superprodução de 1917 e a Primeira Guerra Mundial (1917-1920)

### 4.1 Repercussões da Primeira Grande Guerra

Poucos anos depois da recuperação da economia brasileira, em 1913, antes mesmo que o estoque da primeira operação de defesa estivesse inteiramente liquidado, a economia mundial já mostrava sinais de problemas, que viriam a culminar, mais tarde, na Primeira Guerra Mundial.

Por ser o Brasil um país com a economia dependente diretamente do comércio externo, qualquer sinal de crise no âmbito internacional era sentido rapidamente, através da queda dos preços dos produtos de exportação. Não foi diferente nesse momento, os preços internacionais caíram drasticamente sem ser acompanhado de igual queda nas importações. Como resultado desse lapso, observa-se um déficit na balança comercial sem precedentes.

Com o início do conflito, em 1914, cessaram as entradas de capital estrangeiro no país. Em contra partida, deveria ser pago compromissos da dívida externa no valor de 10 milhões de libras esterlinas.<sup>36</sup>

As operações realizadas pela Caixa de Conversão aumentaram a quantidade de papel-moeda em circulação, mas, dessa vez, lastreadas pelas divisas que ali ingressaram. No entanto, o mecanismo da Caixa não mais funcionaria porque, como justificado anteriormente, a taxa de câmbio cobrado no mercado caiu abaixo da praticada por ela, o que provocou uma corrida aos depósitos que ali se encontravam e o seu fechamento.

Necessitando de divisas para honrar seus compromissos e sem meios de conseguí-las, o Brasil recorreu ao segundo *Funding-Loan*, sendo suspenso por 13 anos os pagamentos de todos os empréstimos, com exceção do *Funding*.

Em consequência da guerra, a arrecadação do governo diminuía consideravelmente devido à queda nas importações (principal fonte de arrecadação fiscal do governo). Mesmo porque, a baixa dos preços dos produtos que exportávamos no cenário internacional, comprometeu a renda nacional e a capacidade de importar. Na tabela 6 podemos observar a queda registrada no produto interno bruto brasileiro com o início da crise que culminaria na primeira grande guerra. Verifica-se também a tendência declinante no valor das exportações até o início da recuperação em 1917 e, de forma mais acentuada, a queda no

---

<sup>36</sup> Boris Fausto, ob. cit., p. 227.

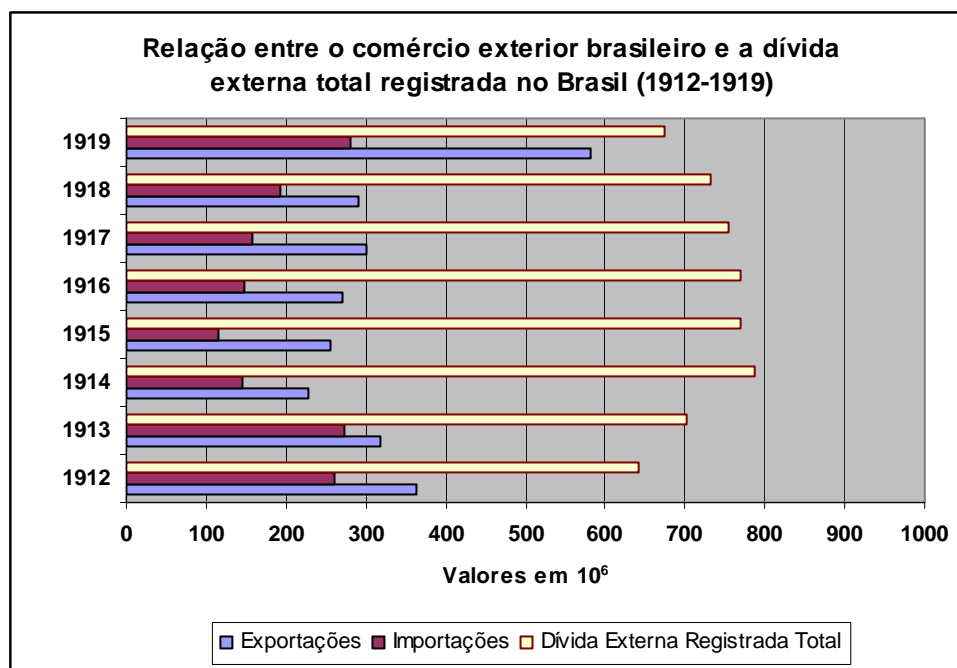
valor das importações no período. A relação de crescimento entre a balança comercial brasileira e a dívida externa brasileira é sobreposta no gráfico 1.

Tabela 6: Taxa de variação em relação ao ano anterior a menos que se especifique de outra forma (1912-1919).

Ano	PIB	Exportações (US\$ 10 <sup>6</sup> )	Importações (US\$ 10 <sup>6</sup> )	Dívida Externa Registrada Total (US\$ 10 <sup>6</sup> )
1912	10,6	363,3	261,0	640,5
1913	1,6	318,9	273,6	702,1
1914	1,3	228,6	146,0	786,3
1915	-1,2	256,8	115,1	770,0
1916	4,4	269,5	148,3	770,6
1917	5,4	300,1	158,6	755,3
1918	2,0	291,6	193,9	732,3
1919	5,9	580,6	280,4	675,1

Fonte: Marcelo de Paiva Abreu. *A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*, p. 393/394.

Gráfico 1: Relação entre a balança comercial brasileira e a dívida externa total registrada no país (1912-1919).



Fonte: Dados extraídos de *A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*.

Mais uma vez recorreu-se às emissões de papel-moeda. O êxito da primeira política de defesa do café fez com que, mais uma vez, os cafeicultores defendessem a política de valorização, à medida que possibilitaria melhorias no comércio exterior e na renda nacional.

O Decreto lei nº 2986, de 28 de agosto de 1915, autorizou o Presidente da República a “efetuar emissões até o máximo de 350 mil contos para liquidar compromissos do Tesouro, amparar e fomentar a produção nacional pelo modo mais conveniente, podendo para tal fim entrar em acordo com o governo dos Estados, suprir deficiências da receita orçamentária do exercício, ministrar recursos ao Banco do Brasil para desenvolver operações de desconto e redesconto”.

#### **4.2 – A segunda valorização do café (1917-1920)**

O impacto do conflito, contudo, foi sentido apenas a partir de 1917, quando os ingleses suspenderam as importações de café e os Estados Unidos entraram na guerra, fato que resultou em diminuição acentuada das importações.

Em contrapartida, a safra esperada para 1917-1918 superava e muito às necessidades do mercado nesse momento, chegando a 15 milhões de sacas. Como consequência, os estoques nos portos inflavam. Diante do quadro exposto, ainda em 1917 o governo federal abriu crédito sem incidência de juros para São Paulo realizar compras de café e dividiria-os, se fosse o caso, com a União. Neste contexto se dava a segunda valorização cafeeira, que seria prorrogada até 1920. Essa política de defesa seria caracterizada pela atuação conjunta da União com São Paulo para a sustentação do preço do café.

O fim da guerra em 1918 coincidiu com um período de geada que prejudicaria a produção cafeeira. Tivemos então a diminuição da oferta, seguida pela elevação dos preços do produto, o que permitiu que São Paulo utilizasse seu estoque e ainda lograsse lucro de 129 mil contos, que seriam repartidos com a União.<sup>37</sup>

Mais uma vez a defesa do café teria sucesso, mais por questões exógenas (geada e fim do conflito) do que pelo seu mecanismo em si. Esta seria seguida por uma tendência

---

<sup>37</sup> Boris Fausto cita Delfim Netto, p. 94.

de crescimento da produção estimulada pelo volume das exportações e pelo amparado da defesa permanente do produto.

Em consequência do aumento da produção nos anos 20, o mercado mundial não conseguia mais absorver a oferta crescente do café. Somado à isso, o Brasil passou a sofrer a concorrência da Colômbia e da África, o que fez com que a participação do Brasil começasse a apresentar tendências de queda no mercado mundial.

A política de defesa brasileira não atingia apenas o produto brasileiro, mas todos os produtores de café, já que restringia a oferta no mercado mundial. Assim como beneficiou os produtores brasileiros, o mesmo aconteceu com os colombianos e africanos.

Ao contrário do que acontecera na primeira valorização, a política de defesa usada se chocou com os interesses dos importadores americanos, que reduziram as importações brasileiras em benefício da colombiana. Portanto, em consequência dos mecanismos de defesa do café praticado na segunda valorização, o monopólio virtual do café exercido pelo Brasil foi quebrado.

## 5 – Conclusão

O Brasil se engolfava em crises contínuas de sua economia por depender quase que exclusivamente de um produto único, de “sobremesa”, fortemente sujeito às oscilações do tempo e de preços. Contudo, o café contava com um poderoso aliado, representado pelo alto comércio de importação e exportação. Além disso, foi o viabilizador do desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, a política fiscal foi um importante mecanismo para distribuição do capital, injetando as receitas do café no financiamento do desenvolvimento da economia e da sociedade, beneficiando os outros setores.

As crises aqui estudadas que atingiram o sistema econômico brasileiro eram oriundas do cenário internacional e tomavam grandes proporções no país, que tinha como base de sua economia o comércio externo. Iniciava-se com a queda do preço das exportações que não era acompanhado por uma diminuição da demanda por importações. Ao contrário, existia um lapso por consequência da renda obtida das exportações nos períodos que antecederiam a crise. A redução das exportações atingiria a renda do setor exportador, que diminuiria a demanda por produtos importados. A consequência desse lapso era o desequilíbrio da balança de pagamentos.

O déficit da balança de pagamento seria corrigido através da taxa de câmbio<sup>38</sup>, a desvalorização da moeda nacional abaixaria o preço dos produtos exportados, afetando o poder aquisitivo externo da moeda nacional, o que conteria a reversão de fundos para o exterior, e faria com que os produtos importados ficassem mais caros, contendo assim, a demanda. Dessa maneira, o desequilíbrio seria corrigido sem que o governo precisasse liquidar suas reservas. A renda dos cafeicultores não sofreria grandes alterações em moeda nacional porque o café era vendido em moeda estrangeira.

Esse mecanismo de correção do desequilíbrio, no entanto, se configurava por um mecanismo de socialização das perdas, à medida que quem pagava pela elevação do câmbio era a sociedade que consumia bens importados e quem lucrava eram aqueles que

---

<sup>38</sup> O processo de depreciação cambial também atingia as receitas do governo, que ficavam seriamente comprometidas, pois se reduzia a importância *ad-valorem* do imposto às importações, além de ser obrigado a despende um montante maior de sua receita em moeda nacional para o serviço da dívida. Em consequência, via-se obrigado a emitir papel-moeda para a manutenção dos serviços públicos indispensáveis e para financiar o déficit. E ainda, logrando sustentar o patamar do câmbio, o governo federal contraía sucessivos e onerosos empréstimos externos. As emissões de papel-moeda para cobrir os déficits criavam pressões inflacionárias. Portanto, a redução dos preços das exportações (desvalorização cambial) culminava internamente em um processo inflacionário.

vendiam as exportações, como os cafeicultores, pela comercialização de seus produtos ser feita em moeda estrangeira, valorizada em relação à moeda nacional.

Dessa forma, assim como os ganhos em períodos de auge da produtividade nacional se concentravam nas mãos dos empresários e banqueiros estrangeiros, em períodos de declínio, o mecanismo de socialização das perdas fazia com que estas fossem divididas com toda a sociedade. Isto acontecia pelo fato dos desequilíbrios na economia serem corrigidos pela taxa de câmbio. Logo, os empresários eram sempre os protegidos do sistema econômico.

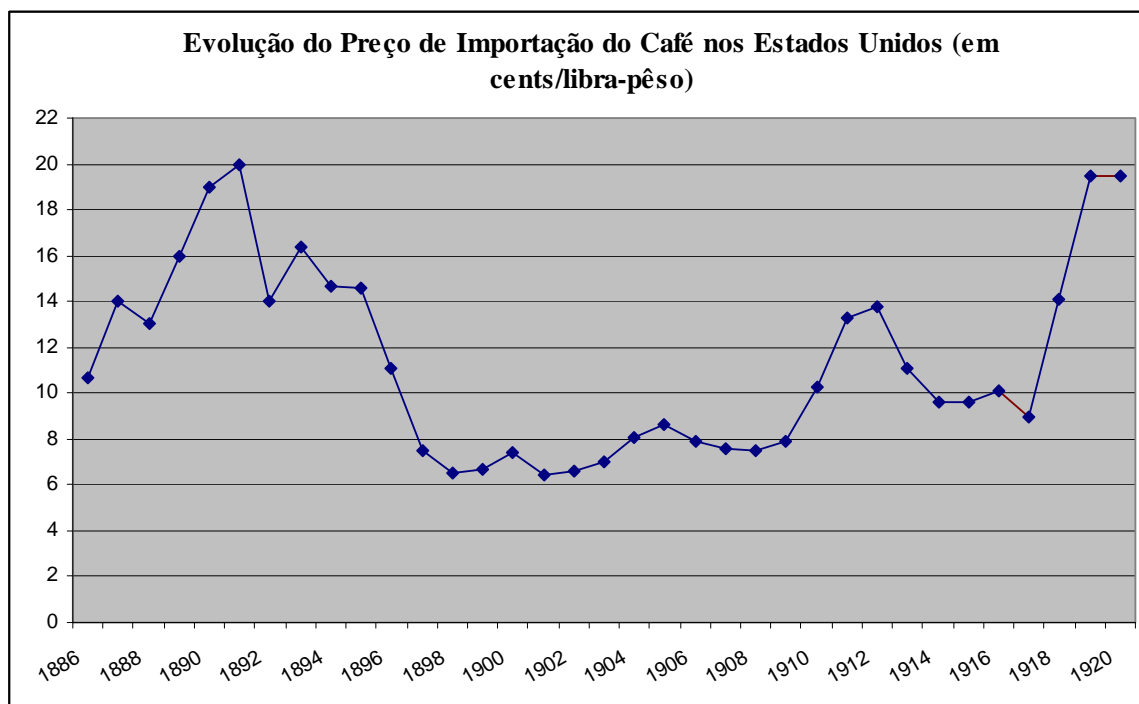
Essa proteção se dava em razão da baixa dos preços de exportação poderem culminar na redução da produção para os cafeicultores não terem maiores reduções em suas receitas, se não fossem os mecanismos de suavização desse processo. A redução da produção paralisaria grande parte da atividade econômica do país, dada a importância da comercialização do café, resultando em perdas ainda maiores para a sociedade, ampliando ainda mais a crise.

A redução do preço do café era então vantajoso para a coletividade, na medida em que mantinha o nível das exportações. Assim, seria possível manter o nível de emprego no país e os efeitos da crise eram secundários. Por tal fato, utilizaram-se mecanismos para que os efeitos das crises não se concentrassem no lucro dos empresários do café. Afinal, o argumento de que os interesses do “café” eram os interesses da nação na época é indubitável.

Portanto, foi o intuito de evitar que os preços despencassem devido às superproduções e, ao mesmo tempo, de estabilizar a economia nacional, que levou o Brasil a adotar a política de valorização em 1906 e retomá-la em 1917.

O gráfico 2 apresenta a evolução do preço de importação do café nos Estados Unidos, principal mercado consumidor do produto brasileiro.

Gráfico 2: Preço de Importação do Café nos Estados Unidos (1886-1920).



Fonte: Antônio Defim Netto. *O Problema do Café no Brasil* – Anexo.

Fazendo um comparativo das duas primeiras valorizações do café percebemos que a base era a mesma. Era uma medida a ser adotada apenas em período de crise a fim de sustentar os preços do café, produto visto como sustentador da economia do país, para segurar a queda dos preços no cenário internacional através da retenção da oferta. O maior diferenciador entre os dois momentos era o financiador dessa política. Enquanto a primeira foi financiada em grande vulto por empréstimos a São Paulo de credores externos, a segunda foi realizada às custas de emissões de papel-moeda, ou seja, a União foi o grande possibilitado do mecanismo. A segunda valorização também foi caracterizada por resultar em ganhos restritos ao Estado de São Paulo e ao governo federal. A elevação de preços não foi consequência da política de defesa realizada, mas contou com a “sorte” de uma geada que diminuiu a safra (que prejudicou os fazendeiros, obviamente), possibilitando que o Estado recorresse ao café estocado e ainda auferisse lucro com a comercialização.

Apenas no período da Grande Depressão a política de defesa ao setor cafeeiro mostrou-se como desestimuladora da continuidade do aumento da produção, rompendo o ciclo de fomentação da produção que seguiu às crises anteriores, consistindo em um grande programa de fomento da renda nacional. Ironicamente, a atitude anteriormente condenada por grande parte dos demais setores da economia – a defesa dos interesses dos



cafeicultores - tornou possível a recuperação da economia brasileira a partir de 1933, sem nenhum fator externo.

A primazia do café na balança de exportações brasileira foi mantida até 1968/1974, quando ocorreu o chamado “milagre brasileiro”, quando então foi cedendo lugar aos produtos industrializados, em particular, à indústria de bens duráveis. Cabe, em grande parte, aos recursos provenientes da cafeicultura, o desenvolvimento do setor industrial, tendo esta, criado uma infra-estrutura de crédito, comércio, transportes e comunicação utilizados pela indústria.

## 6 – Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. – Café: Auge, “sobrevida” e superação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FAUSTO, Boris. *III. O Brasil Republicano -Estrutura de Poder e Economia.- 5. ed.* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- FRITSCH, Winston. *External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930*. London: The Macmillan Press, 1988.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. – 32. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Economia Cafeeira.– 4. ed.* – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MALTA, Mauro Moitinho, supervisor. Carlos Manuel Peláez, coordenador. *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.
- NETTO, Antônio Delfim. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

<http://www.culturabrasil.org/republicavelha.htm>

<http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/economia-na-primeira-republica.html>

<http://www22.sede.embrapa.br/cafe/unidade/historico.htm>